

Violência letal e gênero: decifrando números obscenos?

José Eustáquio Diniz Alves¹
Sonia Corrêa²

No Brasil, a cada ano, os homicídios matam o equivalente ao número de americanos mortos em toda a Guerra do Vietnã. De 1961 a 1974, os Estados Unidos perderam 46.370 soldados no sudeste asiático. Somente no ano de 2007, em terras brasileiras, houve 47.658 mortes classificadas na categoria homicídio pelo DATASUS. Ou seja, o Brasil tem mantido um montante de mortes anuais, por homicídio, equivalente às baixas americanas em 15 anos de guerra no Vietnã.

Os homicídios são um grave problema de saúde pública e representam apenas a parte mais visível da violência e das agressões que atingem o conjunto da população. A violência que provoca mortes, também provoca hospitalizações e atendimentos médicos em proporções muitas vezes mais elevadas. Os efeitos negativos da violência, em termos psicológicos, sociais e econômicos são bastante conhecidos. Toda a sociedade perde com o aumento das agressões e com as vidas que são ceifadas precocemente.

A tabela 1 mostra os números absolutos de óbitos por homicídio, desagregados por sexo, no Brasil, entre 1996 e 2007. Nota-se o total destes óbitos no país passou de 38.853, em 1996, para 47.658, em 2007, representando um aumento de 22,7% no período. Para cada óbito feminino existem cerca de 11 óbitos masculinos, ou seja, o número de mortes masculinas por agressões é muito superior ao número de homicídios femininos.

Tabela 1: Número de óbitos por homicídio, por sexo, Brasil: 1996-2007

Ano	Total	Masculino	%	Feminino	%
1996	38.853	35.171	90,5	3.682	9,5
1997	40.468	36.881	91,1	3.587	8,9
1998	41.907	38.404	91,6	3.503	8,4
1999	42.870	39.334	91,8	3.536	8,2
2000	45.328	41.585	91,7	3.743	8,3
2001	47.891	44.040	92,0	3.851	8,0
2002	49.642	45.775	92,2	3.867	7,8
2003	51.019	47.082	92,3	3.937	7,7
2004	48.349	44.519	92,1	3.830	7,9
2005	47.549	43.665	91,8	3.884	8,2
2006	49.082	45.060	91,8	4.022	8,2
2007	47.658	43.886	92,1	3.772	7,9

Fonte: Datatasus, Informações de Saúde. Óbitos por causas externas (X85-Y09 Agressões). Visitado em 02/09/2010

¹ Professor titular do mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da ENCE/IBGE. E-mail: jed_alves@yahoo.com.br

² Sonia Corrêa é pesquisadora associada da ABIA, co-cordenadora do Observatório de Sexualidade e Política e membro do Conselho Diretor da Comissão de Cidadania e Reprodução. E-mail: scorrea@abiains.org.br

Além disto, esta masculinização dos homicídios tem se agravado, pois o número absoluto de óbitos masculinos aumentou 25%, enquanto o número de óbitos femininos aumentou 2,5% no período. Em 1996, os homicídios masculinos representavam 90,5% do total e passaram para 92,1%, em 2007.

Segundo Souza (1994), a violência passou a ser um fenômeno estrutural na década de 1980 no Brasil, sendo que três fatores se relacionam ao aumento das taxas de homicídios: 1) a consolidação da organização do crime, com uma economia e poder paralelos, em conluio com o poder público e a economia formal; 2) a consolidação de grupos de extermínio; 3) o aumento da pobreza e da miséria urbanas, sobretudo da população em idade produtiva, vivendo e trabalhando nas ruas e de uma população infantil e juvenil compelida ao trabalho e à busca de sobrevivência.

Segundo Barata, Ribeiro e Moraes (1999), há na literatura uma série de explicações para o aumento das taxas de homicídios, que podem ser agrupadas, genericamente, segundo três modelos: o modelo biopsiquiátrico, o modelo da determinação social, com diversas vertentes de explicação, e o modelo mecânico, conforme resumido a seguir:

“Segundo o modelo biopsiquiátrico, a violência é explicada como o resultado da não satisfação dos instintos de agressão, sexual, de territorialidade e outros. Este tipo de interpretação suporta os diferenciais observados nas taxas de violência entre sexos, afirmando a maior agressividade dos homens, o que os tornaria potencialmente mais expostos à violência, além de serem, com maior frequência, os agressores” (p. 716).

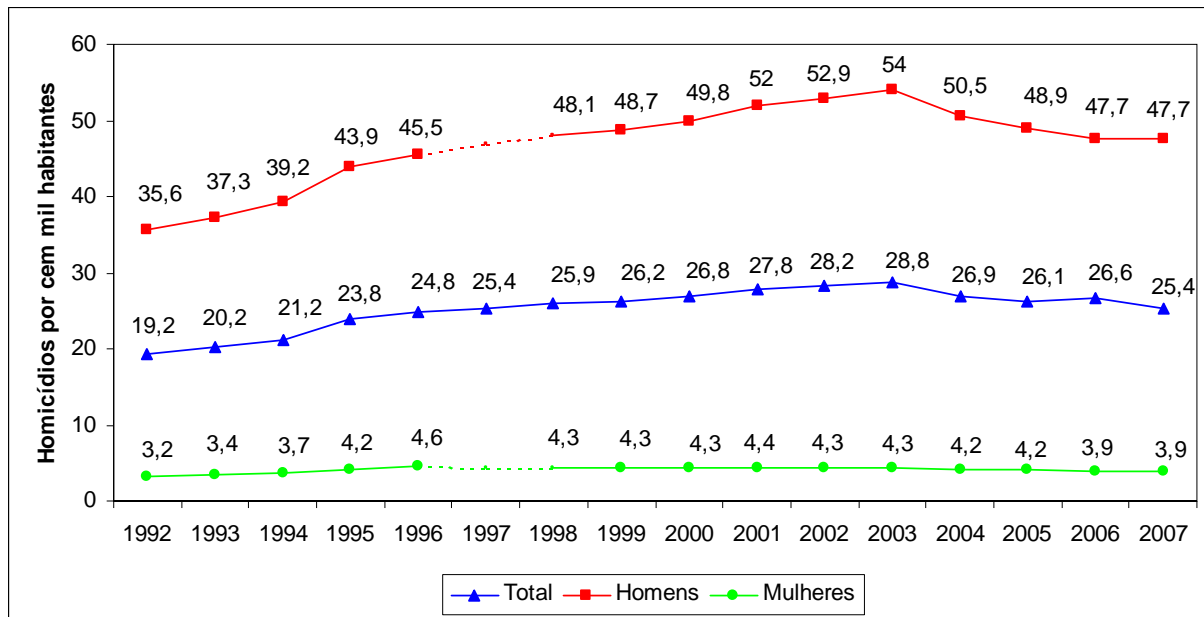
“O modelo mecânico coloca maior ênfase na posse de armas como fator determinante para a gravidade das lesões decorrentes de atos agressivos, dentre os quais os homicídios são os mais relevantes. A posse de armas está relacionada, principalmente, com homicídios praticados em casa, por familiar ou amigo íntimo da vítima. Nesses casos, o uso de álcool ou drogas e história anterior de brigas com agressões físicas são fatores de risco importantes” (p. 716).

O modelo sociológico aponta para a importância do aumento da pobreza e da desigualdade, mas também considera que: “Simultaneamente ao agravamento da situação sócio-econômica, houve progressiva deterioração das instituições públicas estatais, com desempenho precário das funções de segurança pública e do judiciário, levando ao predomínio da impunidade e de injustiças, que, certamente, contribuíram para o quadro de crescimento acelerado da violência urbana retratado nas taxas de mortalidade por homicídios. A organização de grupos de extermínios financiados por comerciantes das áreas de periferia, a organização do narcotráfico e de grupos de seqüestradores completam o quadro da violência urbana nas grandes cidades brasileiras” (p. 717).

De fato, a violência é um fenômeno complexo e multifacetado e não pode ser reduzido unicamente a uma de suas causas. Por exemplo, os índices de pobreza e de desigualdade da renda domiciliar vêm caindo no Brasil desde 1994, quando houve a implementação do Plano Real. Contudo, como mostrado no gráfico 1, as taxas de homicídios subiram no país até o ano de 2003. Nos últimos 6 anos, a campanha pelo desarmamento e as condições sociais, econômicas e demográficas têm ajudado a reduzir as taxas de homicídios masculinos e femininos, embora de maneira discreta. Porém, a recente redução nos números absoluto e relativo de homicídios no país não evitou que as taxas de 2007 fossem bem superiores àquelas do início da década de 1990.

Mas embora as taxas de homicídios estejam caindo ligeiramente nos últimos anos, há de se destacar que os homens não apenas continuam apresentando taxas muito mais elevadas de óbitos por agressões, como o processo de masculinização dos homicídios continua se acentuando ao longo do tempo. Em 1996 morriam 9,5 homens para cada mulher assassinada, sendo que este número passou para 11,6 vezes, em 2007.

Gráfico 1: Taxa de mortalidade por homicídios, por 100.000 habitantes, segundo os sexos, Brasil: 1992-2007



Fonte: Datatasus, Informações de Saúde. Óbitos por causas externas (X85-Y09 Agressões). Visitado em 02/09/2010

Segundo Souza, Reis, Minayo e Silva (2003), o padrão de mortalidade por homicídios no Brasil, não forma um todo homogêneo e uniforme. Ao contrário, existem fortes componentes de classe, de cor/raça, de gênero, de idade e de segregação espacial. Os óbitos por homicídio se concentram no sexo masculino, nas idades compreendidas entre 15 e 39 anos, entre a população de baixa renda e baixo nível educacional, entre aqueles de cor parda e preta e em áreas pobres e periféricas das grandes cidades. Mas os homicídios atingem, em maior ou menor grau, todos os setores da sociedade.

Ou seja, no Brasil, inequivocamente, os homicídios matam muito mais homens que mulheres. Essa realidade dura, nua e crua produz um contraste com o discurso e as políticas públicas voltadas para a erradicação da violência de gênero, que é hoje um consenso mundial e nacional, informando a adoção de legislação e de políticas públicas, como é o caso da Lei Maria da Pena. Esses dados produzem, inevitavelmente, entre analistas, formadores de opinião e o público em geral, a percepção de que a mortalidade masculina por homicídio e não o assassinato de mulheres deve ser tratado como prioridade. Ou dito de outro modo: as maiores vítimas de violência são os homens e por essa razão medidas para coibir a violência de gênero são

secundárias. É fundamental interrogar essa interpretação simplista, porém sem perder de vista a magnitude, o significado e impacto da mortalidade masculina por homicídio.

Um primeiro passo nessa direção é reiterar a multidimensionalidade do fenômeno da violência letal que não pode ser interpretado exclusivamente em termos quantitativos. Dimensões qualitativas cruciais devem ser consideradas, quando analisamos causas e feitos da violência a partir de um marco conceitual que tem como parâmetro o sistema sexo/gênero. Como chamam atenção várias analistas feministas, o assassinato de mulheres por homens foi e continua sendo um fenômeno silenciado e mal dimensionado. São mortes que ocorrem, sobretudo no âmbito das relações familiares, privadas, pessoais, e continuam marcados pela longa tradição que dava aos chefes das famílias ou patriarcas o direito de vida e morte sobre mulheres, filhos e escravos. Ainda, em alguns contextos, tal poder é sancionado pelas leis do estado – como nos casos dos crimes de honra justificados pela figura penal do adultério. Mas, sobretudo, os traços dessa tradição continuam contaminando as culturas dominantes, inclusive instituições, mesmo em sociedades em que esses traços patriarcais foram abolidos dos aparatos legais.

Por outro lado também parece urgente superar as disputas em torno da vitimização. A morte por homicídio é sempre uma tragédia e o debate não deveria nunca ser pautado em torno de uma discussão sobre quem morre mais ou quem morre menos, mas sim a partir de uma perspectiva que contribua para identificar as causas que explicam tantas mortes absurdas e desnecessárias. Estamos convencidos de que o sistema sexo-gênero é um desses fatores estruturais, mas para compreender isso é preciso deixar para trás a equação simples, segundo a qual gênero é sinônimo de mulher e os homens apenas matam mulheres, não se matam entre si.

O sistema sexo gênero não produz homens e mulheres como entidades discretas e radicalmente diferenciadas, sendo os homens sempre e apenas violentos, e as mulheres sempre e apenas vítimas. Trata-se de um aparato complexo – que é simultaneamente discursivo, subjetiva, normativa, cultural e material - que produz continuamente marcas e *scripts* do masculino e do feminino. Como bem mostram os dados sobre violência letal no Brasil, seus efeitos são nefastos independentemente de onde a pessoa se situa no espectro de definição de corpos e identidades sexuadas. Sabemos desde muito que as masculinidades brasileiras dominantes, tal como são hoje construídas, explicam o homicídio de mulheres. Mas os dados aqui apresentados também são sinais irrefutáveis de que, em razão dessas construções do masculino, homens matam muitos outros homens (e se matam por uma série de outras causas externas, tal como acidentes de trânsito). Além disso, se estivessem disponíveis dados confiáveis para mensurar a violência letal decorrente da homofobia, constataríamos que as taxas de mortalidade por homicídio são ainda mais elevadas nos casos do homem que tem a marca do “feminino”, especialmente travestis.

Finalmente, mas não menos importante, a análise consistente dos dados aqui apresentados requer uma perspectiva interseccional que busque identificar como outras desigualdades e marcadores – de raça, de classe, de idade – são também fatores importantes para compreender esses números que a nosso ver podem ser considerados obscenos.

Referências:

DATASUS. Informações de Saúde. Óbitos por causas externas (X85-Y09 Agressões). Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sim/cnv/extuf.def>

Souza, E. R. Homicídios no Brasil: O Grande Vilão da Saúde Pública na Década de 80. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 10 (supl. 1): 45-60, 1994. Disponível em: <http://www.scielosp.org/pdf/csp/v10s1/v10supl1a04.pdf>

Souza, E. R. Reis, A. C., Minayo, M. C. S., Silva, C. F. R. Padrão de mortalidade por homicídios no Brasil, 1980 a 2000. VII Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, 2003, Brasília/DF.

Disponível em: <http://www.claudiofelipe.net/pdf/r2.pdf>

Barata, R. B. Ribeiro, M.C. S. A. Moraes, J. C. Tendência temporal da mortalidade por homicídios na cidade de São Paulo, Brasil, 1979-1994. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 15(4):711-718, out-dez, 1999. Disponível em: <http://www.scielosp.org/pdf/csp/v15n4/1011.pdf>